

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. *O ancião e sua senhora eleita: reflexões teológicas, eclesiais e pastorais sobre a condição de bispo emérito*. São Paulo: Paulinas, 2011. Coleção Ecclesia XXI. 92 pp. ISBN 978-85-356-2780-0

O autor, doutor em teologia, professor de antropologia da religião e de ética na Universidade Católica de Brasília, aborda neste opúsculo um tema pouco explorado qual seja a condição de bispo emérito, novidade resultante da decisão do Concílio Vaticano II, no decreto *Christus Dominus*, nº 21: “Sendo o múnus pastoral dos bispos de tanta responsabilidade, *pede-se* instantemente aos bispos diocesanos e aos outros a eles equiparados pelo direito que, *vendo-se menos aptos para exercer o seu ministério por motivo de idade avançada ou por outra causa grave, apresentem a renúncia do seu cargo*, ou espontaneamente ou a convite da autoridade competente” (grifo do recensor). O livro é prefaciado por Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo emérito de Blumenau, SC, o que, por si só, vale por uma recomendação.

O título é inspirador ao remeter o leitor ao cabeçalho da Segunda Carta de João, cujo autor se apresenta como o Ancião e se dirige à Senhora eleita e seus filhos, sendo o “Ancião” uma figura respeitável por sua autoridade e a “Senhora eleita” a comunidade eclesial destinatária do bilhete. No caso deste livro, o “Ancião” é obviamente o bispo emérito e a designação ressalta a autoridade que lhe é inerente. O A. defende que há uma “fundamentação teológica consistente” em favor de que o bispo não se retire de suas funções por idade ou mesmo por doença (cf. 19). “Para a Bíblia judaico-cristã o idoso que vive em sintonia com Deus *dará fruto* mesmo na sua velhice. Mesmo no final dos seus anos, aquele ou aquela que plantou suas raízes em Deus terá ainda muita seiva e será alguém *verdejante* (Sl 92[91],15). Por essa razão, afirma ainda a Bíblia, é a pessoa mais indicada para *anunciar* a justiça e o amor de Iahweh (Sl 92[91],16)” (ib.).

Para que isso seja possível, no entanto, é preciso superar o “elitismo episcopal”, isto é, deixar de lado a concepção de autoridade *autossuficiente*, que pretende “estabelecer normas e regras por conta própria, esquecendo-se de que a *verdadeira medida* da instituição eclesial é *agir* segundo o Espírito de Jesus” (31). Essa concepção evangélica de autoridade, já logo após o Concílio, foi chamada por Jan Cornelis Groot de “dimensão horizontal da colegialidade episcopal” (31, n. 38). Ela consiste em o bispo (no caso) viver na comunhão dos fiéis e não isolado, em não pensar-se como um monarca absoluto, em ter “consciência dos *limites* do seu ministério” (31). Se o ministério episcopal for vivido assim, a idade não será empecilho

para exercê-lo. No fundo se trata de levar a sério o cânon 6 do Concílio de Calcedônia que entende o ministério sempre em relação a uma Igreja concreta. A instituição do episcopado emérito desrespeita esse cânon, pois o bispo se torna um “presbítero genérico” (32s, n. 40). A imagem tão forte na antiguidade do bispo como esposo da Igreja exige fidelidade perpétua: “O vínculo é *indissolúvel* e não pode ser desfeito senão com a morte” (33).

Para que se supere concretamente a necessidade de o bispo, depois de certa idade, retirar-se do exercício de suas funções, será preciso repensar a Igreja e, nela, o ministério episcopal. A Igreja não pode ser vista de um ponto de vista predominantemente jurídico como “sociedade perfeita” e a cultura clerical dos ministros (em todos os níveis) deverá ser abandonada, pois é ela que isola o ministro. Especialmente no tocante ao bispo esse isolamento é gritante. Ele “raramente desfruta do tipo de relação fraterna com seus sacerdotes de que todos eles precisam” (36, citando Donald Cozzens). Há necessidade de uma conversão episcopal que, abandonando a cultura clerical, possa levar ao cultivo de uma afetividade sadia.

Pesa também a concepção de autoridade na Igreja em que, em geral, os fiéis são tratados como menores de idade carentes de responsabilidade. “Se somos irmãos e co-herdeiros [...], todos temos o direito e o dever de participar ativamente. [...] E nesse modelo ‘monoepiscopal’ de poder na Igreja a sobrecarga para os ministros ordenados, particularmente para o bispo, é insuportável, o que torna inviável a permanência deles na direção das comunidades depois de certa idade. Contudo, tanto os escritos neotestamentários como a própria história e a própria tradição da Igreja permitem que tal modelo seja revisto, de modo que a concentração de poder na figura do bispo possa ser totalmente superada” (45).

Nesse processo de descentralização a primeira iniciativa deveria ser devolver à comunidade diocesana o poder de participar efetivamente na escolha de seu bispo, conforme a melhor tradição eclesial (cf. González-Faus, J. I.: “*Nenhum bispo imposto*” [S. Celestino, papa]: as eleições episcopais na história da Igreja. São Paulo: Loyola, 1996). Isso permitiria a permanência do bispo à frente da diocese, mesmo depois de certa idade, conforme a melhor tradição da Igreja, pois “com o passar do tempo ele se tornaria muito mais apto, uma vez que adquiriu mais experiência e mais competência pastoral para o exercício desse ministério” (48). O pressuposto, obviamente, é um exercício do governo verdadeiramente colegiado ou – melhor dito – sinodal. “É indispensável, pois, rever a atual eclesiologia e recuperar o quanto antes a *colegialidade*” (51), com uma revisão das estruturas eclesiais que desse mais espaço aos cristãos leigos e leigas.

Na terceira parte do livro, o A. propõe algumas práticas a serem cultivadas “enquanto a aurora não vem...”, como diz sugestivamente o título desta parte (65). São três pontos. O primeiro diz respeito ao próprio bispo e é “cuidar da dimensão antropológica da própria vocação”, preparar-se para quando se tornar emérito. O A. assinala três momentos significativos e

interconectados: “O primeiro é a busca de um processo de humanização integral, o segundo é a conquista de uma verdadeira maturidade afetiva e o terceiro é a vivência de uma verdadeira experiência de Deus que permeie os dois primeiros” (66-67).

Os outros dois pontos na espera de que “o dia amanheça” (66) dizem respeito à comunidade diocesana e à Conferência Episcopal. São: “despertar a comunidade para a acolhida do bispo emérito” (71) e “valorizar a sabedoria e a experiência do bispo emérito” (75).

Como se pode depreender desse breve resumo, a tese do livro é excelente e mereceria ser acolhida.

*Francisco Taborda, SJ*

FORTE, Bruno. *Breve introdução aos sacramentos*. Tradução: Antônio Efro Feltrin. São Paulo: Paulinas, 2013. Coleção Estações da Fé. 125 pp. ISBN 978-85-356-3614-7

Bruno Forte não necessita apresentações. É um dos teólogos mais conhecidos da Itália, na atualidade. Também entre nós seu nome está bem presente, tendo várias obras traduzidas e publicadas no Brasil. Depois de ter sido professor de teologia na Pontifícia Faculdade Teológica da Itália Meridional, tornou-se arcebispo de Chieti-Vasto.

Nada melhor para apresentar este livrinho que deixar o A. falar sobre o que pretendia ao escrever esta “breve introdução aos sacramentos”: “Cada um dos capítulos deste livro deve ser lido e meditado na reflexão e na oração pessoal, e, possivelmente, discutido com alguém mais especializado na fé” (123). Trata-se, pois, de reflexões meditativas sobre os sacramentos. Os cinco primeiros capítulos têm o caráter de introdução geral à economia sacramental, seguindo a já clássica escala: Cristo, sacramento de Deus; Igreja, sacramento de Cristo; os sacramentos em particular. Depois agrupa os sacramentos, conforme suas características fundamentais: os sacramentos de iniciação (batismo, crisma, eucaristia), de cura (penitência e unção dos enfermos) e do serviço da comunhão (ordem e matrimônio). No final convida a “rezar os sacramentos”. Dada a intenção do A., acima citada, o último capítulo do livro traz uma série de perguntas que podem ser feitas, seja após a leitura de cada capítulo, seja no final do livro.

Cada capítulo tem duas partes: a primeira tem caráter expositivo, a segunda traduz em oração o que fora exposto antes. É muito marcante a dimensão trinitária de ambas as partes. O recenseador considera especialmente inspirado o capítulo sobre a eucaristia.

É uma leitura a ser recomendada como iniciação bem fundada à teologia dos sacramentos e um convite a “rezar os sacramentos”, para além de sua celebração participada e ativa, como queria o Concílio.

*Francisco Taborda, SJ*

FORTE, Bruno. *As cores do amor: o matrimônio e a beleza de Deus*. Tradução do italiano de Silva Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2013. 80p. 13 cm x 9 cm. ISBN 978-85-15-04028-5.

O autor, Arcebispo metropolitano de Chieti-Vasto, eleito presidente da Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé da Conferência Episcopal Italiana, já publicou diversas obras. Neste pequeno livro, do original em italiano de 2010, *I colori dell'amore: Il matrimonio e la bellezza di Dio*, apresenta à comunidade breves reflexões acerca do matrimônio e do Deus Trindade. Abordagem teológico-pastoral acerca das relações entre cônjuges. Dividido em três partes, sendo doze capítulos. Primeiramente o livro reproduz uma carta pastoral do autor destinada à igreja acerca do matrimônio; em um segundo momento realiza uma reflexão sobre o amor, o diálogo e Deus; e, por fim, aborda o amor na Trindade confessada e amada. Texto escrito na primeira pessoa do singular, de modo didático e simples. Inicia explicando o título, citando e contextualizando as cores do amor. Após, ressalta as cores de Deus, a origem do amor e a conduta ideal a ser seguida por casais cristãos em seu cotidiano. Esclarece o significado da aliança nupcial para a igreja e avança delimitando como o matrimônio pode ser belo, bom e justo; como o amor de Deus está presente nos laços familiares; e como a natureza do homem deve perceber e enfrentar as adversidades e provações da vida conjugal. O autor dedica, em um breve capítulo, sua atenção ao *Decálogo do Amor*, no qual destaca respeito, compreensão, perdão, paciência e dignidade nas relações matrimoniais. A segunda parte da obra é dedicada ao diálogo e à dualidade da alteridade e comunhão. Oferece explicações sobre as revelações do amor, sua morte, fontes e vias. Por diversas vezes o autor retoma conceitos já mencionados e utiliza-os nas definições da gratuidade, do diálogo e do não-amor. Adiante faz uso de passagens bíblicas. Destina a terceira e última parte da obra à reprodução da *Confessio Fidei – Narratio Amoris*, anteriormente escrita pelo autor. Ajunta, por fim, modos como tal texto pode ser lido e perguntas para o discernimento do leitor. Tudo simples, básico e objetivo. O livro alimenta os votos matrimoniais para exaltar a família, o amor e Deus.

*Victor Bacelete Miranda*

URIARTE, Juan María. *El celibato*. Apuntes antropológicos, espirituales y pedagógicos. Presencia Teológica 223. Santander: Sal Terrae, 2015. 191p., 21 X 14 cm, ISBN:978-84-293-2440-2.

O A., bispo emérito, que durante seu longo magistério dedicou grandes esforços à formação dos sacerdotes, oferece nesta obra importantes aportes antropológicos, espirituais e pedagógicos para a reflexão atual em torno da natureza do celibato cristão. Já em escritos anteriores, publicados nesta mesma coleção, abordava ele o tema da “espiritualidade sacerdotal” (2010) e do “servir como pastores” (2011).

Inicia sua obra apresentando o contexto cultural atual e, neste, a tendência de aversão ao celibato. Causa de tal aversão é a visão distorcida que contempla o celibato ora como uma mutilação antropológica, ora como empobrecimento da personalidade, ora contrário ao que é próprio da condição humana.

No cap. 2 o A. situa a sexualidade humana no horizonte da antropologia, mostrando que a sexualidade é dimensão existencial do ser humano. Renunciar a vivê-la, traz consigo consequências tanto para a dimensão pessoal quanto social da pessoa. Sublinha a sexualidade como pulsão, não como instinto. É esse fator que torna possível o celibato. A sublimação da sexualidade acontece quando ela não é reduzida ao seu polo genital. Maturidade sexual é um processo que deve integrar também a maturidade afetiva e psicológica.

Algumas notas antropológicas diretamente relacionadas ao celibato é tema do cap. 3. Primeiramente se parte da relação singular entre desejo e projeto de vida. A dimensão oblativa do projeto de vida do celibatário (para os outros) revela o amor próprio do celibato como assimétrico (não diretamente atrelado a um tu humano singular). O celibato não é uma simples abstinência, mas renúncia de um valor por outro valor maior (no horizonte da vida e missão). A vida celibatária, como uma maneira de viver a sexualidade, só é possível quando a pessoa a ama, se sente atraída por ela, experimenta alegria.

O celibato à luz da mensagem cristã é tema do cap. 4. Iniciando com algumas fundamentações não válidas para o celibato cristão, o A. se centra em seguida na pessoa de Jesus como paradigma central do mesmo. Nos textos do Evangelho, o celibato aparece sempre ao lado do matrimônio, está em função do Reino, é contemplado basicamente como vocação e graça (Mt 19), como abandono e disponibilidade (Lc 18). A reflexão teológica atual em torno do celibato procura e deve procurar integrar a dimensão cristológica, eclesiológica e escatológica.

À espiritualidade do celibato sacerdotal é dedicado o cap. 5. Aqui o celibato sacerdotal se mostra como uma forma existencial de aceitar Deus na

sua alteridade, como uma maneira de proclamar Deus como o Absoluto, como uma expressão do seguimento de Jesus e da aceitação de Cristo como Senhor, como um modo de existência alternativa, como dom do Espírito Santo, como uma aposta decidida e significada pelos valores do Reino de Deus, como sinal e estímulo de entrega à comunidade eclesial, como reflexo da comunhão do sacerdote com os “pobres no amor”, como uma “renúncia ao poder” e finalmente como sinal profético e escatológico.

O cap. 6 apresenta algumas indicações para gerar a opção pelo celibato, mantê-la e ampliá-la ao longo da vida. O celibato vivido sadicamente é mais místico que ascético, mais apostólico que individual, mais próximo que distante, mais disponível que reservado, mais abnegado que recompensado, mais recebido que conquistado, mais humilde que “perfeito”. Algumas orientações para ajudar a acompanhar os candidatos ao sacerdócio em formação também são oferecidas (como por exemplo, de como proceder com nos casos de homossexualidade).

Os aportes de caráter mais pedagógico aparecem no cap. 7. Como um processo, a vida celibatária comporta aprendizado. O cultivo da interioridade, a sobriedade, a clarificação e purificação das motivações, a educação para a oblatividade, o cultivo da amizade, a transparência, a reconciliação com a própria história afetivo-sexual, a confiança na graça de Deus e o aprendizado da linguagem do amor constituem os traços centrais dessa pedagogia.

O livro é bastante sóbrio e não visa entrar nas discussões conflitivas ou polêmicas atuais em torno do tema. A obra se apresenta como uma boa contribuição para uma reflexão mais integrada e ponderada acerca do celibato. Tal contribuição se faz sentir pela abertura dos horizontes de compreensão, ou seja, a reflexão sobre o celibato (especialmente o sacerdotal) não pode ficar reduzida a um único horizonte – ou ao teológico, ou ao antropológico ou ao eclesiológico -, mas deve articular as realidades divina, humana e eclesial como constitutivas de uma opção sadia pelo celibato.

*Luiz Carlos Sureki, SJ*

CODINA, Víctor. *El Espíritu del Señor actúa desde abajo*. Colección "Presencia Teológica" 225. Santander: Sal Terrae, 2015. 192 p., 21 X 14 cm. ISBN: 978-84-293-2444-0.

Na esteira das suas obras anteriores em torno à Pneumatologia, como: *Creo en el Espíritu Santo*. Pneumatologia narrativa (1994); e *No extingais el Espíritu*. Una iniciación a la Pneumatología (2008), o teólogo jesuíta nos apresenta agora uma síntese da temática que, em perspectiva latino-americana, põe os pobres em relação com a ação do Espírito. O Autor entende sua obra como uma colaboração para o aprofundamento e desenvolvimento de uma Pneumatologia latino-americana.

Em sete capítulos, o autor faz um percurso histórico da tradição cristã, constatando inicialmente a irrupção do Espírito nos tempos atuais (pentecostalismo, renovação carismática católica, new age) e o que se tem publicado a respeito por parte dos teólogos (I). Em seguida o autor enfoca o tema da atuação do Espírito “desde baixo” (desde os pobres) na rica tradição bíblica de Israel e no Novo Testamento (II); igualmente na era patrística, onde alguns dos mais representativos entre os Santos Padres são mencionados (III); em seguida no Ocidente, onde a cristologia prevaleceu sobre a pneumatologia (IV), depois no Oriente, onde a compreensão trinitária e a liturgia conferem lugar de destaque ao Espírito Santo (V); mais recentemente no Concílio Vaticano II, onde a pneumatologia aparece, tímida, mas mais bem articulada com a cristologia (VI) e, por fim, na Teologia da Libertação (7), para a qual o “atuar do Espírito desde baixo”, desde os pobres, está na sua origem e constitui uma das linhas centrais de sua reflexão.

No longo, porém sintético percurso, o autor chama a atenção para a falta de uma articulação adequada entre a cristologia e a pneumatologia na teologia ocidental. A pneumatologia tradicional esteve mais preocupada com questões intratrinitárias e com temas meramente intereclesiais do que com a presença viva do Espírito na base da sociedade e da Igreja. Por fim, sublinha, à guisa de conclusão, que a Teologia da Libertação, mais sensível ao clamor dos pobres, mas até há pouco com uma pneumatologia incipiente, começa agora a integrar libertação e Espírito, superando, assim, por um lado, o risco de um voluntarismo ético, e, por outro, completando a cristologia e a eclesiologia com uma “pneumatologia de baixo”.

Essa pneumatologia em construção, com traços latino-americanos, recupera teologicamente a irrupção, a ação dinâmica e criativa do Espírito Santo na história da salvação, e o faz especialmente a partir dos seus momentos de crise, de desorientação, de desalento. Concebendo a ação do Espírito como criadora, libertadora e vivificante, essa pneumatologia nascente deverá integrar na sua reflexão, respectivamente, os eventos do Êxodo, da Ressurreição e de Pentecostes como ação do Espírito do Senhor que atua desde baixo. Atenta ao clamor dos pobres e aos sinais dos tempos, esta “pneumatologizada libertação” – (coerente com o todo da “teologia

da libertação”) – deverá recolher muita riqueza da tradição bíblica, se enriquecer com a experiência pneumatológica oriental e revalorizar as correntes proféticas da Igreja.

*Luiz Carlos Sureki, SJ*

VIDAL, Senén. *Hechos de los Apóstoles y orígenes cristianos*. Colección Presencia Teológica 224. Santander: Sal Terrae, 2015, 175 p., 21 X 14 cm, ISBN 978-84-293-2435-8.

Com várias publicações na área bíblica, especialmente em torno da tradição cristã neotestamentária, o A. apresenta nesta obra uma análise crítica do livro dos Atos dos Apóstolos no que concerne às origens do movimento cristão. O livro dos At é referência quando se fala do surgimento das primeiras comunidades cristãs e de como inicialmente viviam os cristãos.

Contudo, a comunidade cristã, como é caracterizada em At, aparece como demasiadamente uniforme, marcadamente centrada em torno dos apóstolos em Jerusalém, um tanto alheia aos conflitos emergentes no interior da própria comunidade (que se expande tanto numérica quanto geográfico-culturalmente). A intenção dos At é a de ser uma grande apologia eclesial e social do movimento cristão do final do século I. Era preciso, segundo o A., afirmar a unidade da missão frente aos perigos da divisão, a uniformidade doutrinal frente aos sempre possíveis desvios heréticos, a imagem moral e socialmente apreciável do cristão frente à hostilidade oriunda do contexto circundante. A exposição dessa intenção do livro dos At ocupa os primeiros quatro capítulos da obra.

A história real do cristianismo primitivo foi muito mais diferenciada que a imagem monolítica, de unidade compacta que apresenta o livro dos Atos dos Apóstolos. Essa ideia central de sua obra será desenvolvida pelo A. nos últimos cinco capítulos. Fundamentalmente mostra o A. que o movimento cristão teve seus inícios em lugares distintos da Palestina, e não somente em Jerusalém e que no movimento cristão há correntes e consequentemente atitudes cristãs diversificadas: uma mais centrada em Israel, outra mais aberta ao mundo helênico, outra ainda (os grupos joânicos) bastante distinta das comunidades cristãs palestinas.

A exposição do tema/problema nos At é clara e consequente. Ela amplia os horizontes de compreensão do livro dos At e aponta para a complexidade e pluralidade do movimento cristão desde as suas origens. Deste modo, a obra torna-se uma importante referência para os estudos neotestamentários em torno à vida e missão das primeiras comunidades cristãs.

*Luiz Carlos Sureki, SJ*